

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1004413-34.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Obrigações
Requerente:	Maraissa da Costa Vicente
Requerido:	Claro S A

MARAISA DA COSTA VICENTE ajuizou ação contra CLARO S A, pedindo que a ré seja compelida a entregar um aparelho celular *iphone 5* e que seja condenada ao pagamento de indenização por danos morais. Alegou, em suma, que um vendedor da empresa ré esteve em sua residência ofertando o plano Combo Multi, o qual abrangia os serviços de tv, internet e telefonia, sendo que, na sua contratação, receberia gratuitamente um aparelho celular *iphone 5*. Após a contratação do referido plano, foi surpreendida com a negativa da ré em entregar o aparelho celular. Apesar de diversas tentativas, não foi possível solucionar extrajudicialmente o problema ocorrido.

A autora entregou duas mídias eletrônicas contendo as gravações da propaganda realizada pela ré.

A ré foi citada e contestou o pedido, aduzindo que o plano contratado pela autora não se encaixa na oferta veiculada e que inexistente dano moral indenizável.

Manifestou-se a autora.

Este juízo facultou à ré manifestar-se sobre os arquivos digitais armazenados na mídia eletrônica, sobrevindo sua manifestação.

É o relatório.

Fundamento e decido.

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Primeiramente, consigno que a relação jurídica existente entre as partes é de consumo, de modo que incide no caso em testilha as regras previstas na Lei 8.078/90.

Observando a publicidade do produto oferecido pela ré, a qual está gravada na mídia eletrônica depositada em Cartório, verifica-se que na parte final da gravação surge a seguinte informação: "Iphone 5C 8GB – Grátis – No Multi 1200 min". Nota-se que não há qualquer alerta ao consumidor acerca da existência de outras condições previstas no contrato para que o aparelho celular seja fornecido gratuitamente.

Além disso, após ser instada a se manifestar sobre o arquivo digital, a ré não trouxe qualquer elemento que demonstrasse que na propaganda havia outras informações sobre a promoção por ela realizada. Dessa forma, com fundamento no princípio da vinculação da publicidade, deve o fornecedor responder pelo que foi anunciado.

Dispõe o art. 30 do Código de Defesa do Consumidor: *"Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado"*.

Assim se manifestou o C. Superior Tribunal de Justiça acerca do princípio da vinculação:

"O princípio da vinculação da publicidade reflete a imposição da transparência e da boa-fé nos métodos comerciais, na publicidade e nos contratos, de modo que o fornecedor de produtos ou serviços obriga-se nos exatos termos da publicidade veiculada, sendo certo que essa vinculação estende-se também às informações prestadas por funcionários ou representantes do fornecedor. Se a informação se refere a dado essencial capaz de onerar o consumidor ou restringir seus direitos, deve integrar o próprio anúncio, de forma precisa, clara e ostensiva, nos termos do art. 31 do CDC, sob pena de configurar publicidade enganosa por omissão." (REsp 1188442/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2012, DJe 05/02/2013).

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Portanto, tratando-se de publicidade amplamente veiculada e com expressa previsão de que o aparelho celular seria entregue gratuitamente na contratação do plano Multi 1200 min, exatamente aquele adquirido pela autora, é de rigor a procedência do pedido.

Nem se diga que há outras propagandas que especificam que o celular só será fornecido nos planos a partir de 11GB + 1200 min, pois é dever do fornecedor veicular todas as suas publicidades de forma clara e precisa, e não apenas algumas delas.

Ademais, o pedido de indenização por danos morais é improcedente. O dano moral é caracterizado como aquele que *"lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente"* (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55). Sendo assim, meros dissabores, aborrecimentos ou angústia surgidos em uma relação não devem dar ensejo à reparação por dano moral.

Embora a ré tenha negado a entrega do aparelho celular para a autora, sua conduta baseou-se em eventual contratação diversa daquela prevista para incidência da promoção. De fato, coube à autora pleitear em juízo o cumprimento forçado da obrigação veiculada na publicidade, mas tal fato não é apto a caracterizar lesão aos seus direitos da personalidade. Trata-se, na verdade, de fato que todos os cidadãos estão sujeitos na atualidade, haja vista as diversas formas de propaganda praticadas para incentivar o consumo.

Por fim, não há demonstração nos autos de prejuízo material passível de indenização. A petição inicial inclusive não identifica o suposto dano material suportado.

Diante do exposto, acolho parcialmente o pedido e condeno a ré a entregar para a autora o aparelho celular *iphone* 5C no prazo de quinze dias, sob pena de multa diária de R\$ 10,00, limitada a R\$ 3.000,00.

Rejeito o pedido de indenização por dano moral e material.

As partes responderão pelas custas e despesas processuais em igualdade.

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno a ré ao pagamento dos honorários advocatícios dos patronos da autora, fixados por equidade em R\$ 900,00.

Condeno a autora ao pagamento dos honorários advocatícios do patrono da ré, fixados por equidade em R\$ 2.000,00.

A execução das verbas processuais em relação à beneficiária da justiça gratuita, porém, fica suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Carlos, 31 de maio de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA